

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a "Companhia"), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná e sua controlada Providência USA tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido náotecido ("nonwoven"), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI. Visando integrar os negócios, buscando a maximização de sinergias e a racionalização das atividades com consequente redução de custos administrativos e operacionais, em 30 de Abril de 2014 foi realizada AGE que deliberou e aprovou o Protocolo e Justificação para a incorporação da controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. Sendo assim, em 30 de Abril de 2014, a totalidade do acervo líquido da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. foi incorporada pela Companhia Providência Indústria e Comércio. Após a incorporação a Companhia passa a ter uma filial em Pouso Alegre, Minas Gerais e uma subsidiária em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2015.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o "custo atribuído" de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de sua controlada. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada Providência USA. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou convertíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **Principais procedimentos de consolidação:** • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; • Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e • Desteque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas. O saldo de investimento da controlada Providências USA, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação do Conselho nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não está planejada e nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível. **(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2014 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.3. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. Sendo este, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de sua controlada é a Diretoria Executiva. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o único produto comercializado pela Companhia e sua controlada é o náotecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e sua controlada têm somente um segmento passível de apresentação. **2.4. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira. **(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizando moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue: (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente convertíveis em um montante de caixa conhecido. **2.6. Ativos financeiros: 2.6.1. Classificação:** A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e sua controlada não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como "hedge" (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes. **(b) Recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo, não incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. **2.6.2. Reconhecimento e mensuração:** O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem. **2.6.3 Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia e sua controlada avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia e sua controlada usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia e sua controlada, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa de juros efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Caso o valor da perda por impairment em um período subsequente diminua e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting). Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7. **2.8. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI-Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 31 de dezembro de 2014 correspondia, em média, a 11,57% a.a. (9,77% a.a. em 31 de dezembro de 2013). **2.9. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.10. Ativos intangíveis: (a) Ágio (goodwill):** é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida (vide maiores informações na Nota 1 (a)). Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituíram-se os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). **(b) Softwares:** Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e sua controlada e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13. **2.11. Imobilizado:** Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na Nota 14. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e reconhecidos em "outros ganhos(perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.13. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.14. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem tanto os impostos correntes quanto os diferidos, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável no Brasil. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 15% (além dos 10% adicionais, quando aplicável) e 9%, respectivamente no Brasil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elaborou em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **2.17. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia e sua controlada oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 25), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante. **(b) Remuneração com base em ações:** A Companhia oferece aos executivos e determinados empregados um plano de remuneração com base em Ações ("Stock Options"), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 20.b), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados. **(c) Participação nos lucros:** A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida. **2.18. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **2.19. Reconhecimento**

da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e sua controlada adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador. **2.20. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.21. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.22. Divulgação das normas publicadas ainda não vigentes:** Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigor a partir para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Emitida em maio de 2014, com vigência em 01 de janeiro de 2017, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Perda (impairment) estimada do ágio:** Anualmente, a Companhia e sua controlada testam eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13). A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável. **(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor, provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia e sua controlada revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis:** A Companhia e sua controlada são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e sua controlada acreditam que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **(e) Benefícios fiscais de ICMS:** A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua filial em Pouso Alegre-MG possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro: A Companhia é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos. **(a) Risco de mercado: (i) Risco de câmbio e taxa de juros:** A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 8,0% com base na moeda local e a taxa fixa de 8% a a (swap para 98% do CDI) sendo que os 92,0% restantes estão indexados à moeda estrangeira e à taxa variável (LIBOR), sendo a grande maioria das captações feitas junto à Controladora PGI. Parte significativa das receitas (22%) advém das vendas em mercados externos ao Brasil e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio. Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC) tanto pelo swap quanto pelas aplicações financeiras da Companhia. Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores de custo amortizado, os quais se aproximam dos valores justos. A tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber.....	52.225	19.653	85.958	36.693
Passivo:				
Fornecedores	(6.611)	(2.488)	(2.989)	(1.276)
Empréstimos e financiamentos			(540.393)	(230.681)
Partes relacionadas	(586.215)	(220.597)		
Posições passivas	(592.826)	(223.085)	(543.382)	(231.957)
Total exposto.....	(540.601)	(203.432)	(457.424)	(195.264)

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos. **Sensibilidade à taxa de câmbio** - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas	Dólar	1.5750	2.3625	3.1500	3.9375	4.7250
Contas a receber	Dólar	(21.272)	(5.796)	9.681	25.157	40.634
Partes relacionadas - I/C	Dólar	238.774	65.054	(108.666)	(282.386)	(456.107)
Fornecedores	Dólar	2.693	734	(1.226)	(3.185)	(5.144)
Ganho (perda)		220.195	59.992	(100.211)	(260.414)	(420.617)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial em 31 de dezembro de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente. **Sensibilidade à taxa de juros** - Apresenta-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador.....	CDI/SELIC	6,25%	9,38%	12,50%	15,63%	18,75%
Taxas do indexador.....	LIBOR6	0,1785%	0,2678%	0,3570%	0,4463%	0,5355%
Aplicações financeiras.....	CDI/SELIC	1,375	2,093	2,831	3,591	4,372
Partes relacionadas - I/C	LIBOR6	(2.198)	(2.811)	(3.431)	(4.037)	(4.650)
Perda		(823)	(718)	(600)	(446)	(278)

(ii) Operações com derivativos: A Companhia e sua controlada possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação ou realizadas pela Providência Inc. De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco: **Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade**

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Swap Prê x CDI.....	Varição do CDI	(210)	(967)	(2.523)	(4.120)	(6.630)
Termo de moeda (NDF).....	Varição do US\$	(2.504)	(794)	903	2.606	4.322
Perda		(2.714)	(1.761)	(1.620)	(1.514)	(2.308)

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço. Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo. A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor notional dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas são próximas às descritas anteriormente. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas está intimamente associada à Política de Crédito instituída em relação ao risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no Grupo 1 referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no Grupo 2 referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado, ou seja, aqueles que em algum momento figuraram dentro dos critérios de constituição de provisão para devedores duvidosos.

	31 de dezembro de 2014	Controladora 31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	Consolidado 31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes (líquido de PDD)				
Grupo 1.....	117.056	122.311	158.262	175.662
Grupo 2.....	7.629	2.103	7.629	5.147
	124.685	124.414	166.255	180.809

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

	31 de dezembro de 2014	Controladora 31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	Consolidado 31 de dezembro de 2013
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo	18.841	36.678	18.866	43.742
brAAA			4	
brAA+	4			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controlada		Controladora	
	Passivo a descoberto	Provisão para passivo a descoberto	Passivo a descoberto	Provisão para passivo a descoberto
31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2013
Providencia USA Inc.....	(6.829)	(6.840)	(6.829)	(6.840)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou receita de equivalência patrimonial para a controlada Providencia USA Inc. no montante de R\$ 1.278 no resultado (receita de R\$ 1.766 em 2013) e registrou despesa decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 1.267 (perda de R\$ 1.078 em 2013), na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. (vide Nota "c" a seguir).

(c) Movimentação do investimento com passivo a descoberto:

	Controlada		Controladora	
	31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	31 de dezembro de 2013
Providencia USA Inc.....	(7.528)	1.766	(1.078)	(6.840)
Providencia USA Inc.....	(6.840)	1.278	(1.267)	(6.829)

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido. (d) Movimentação dos investimentos:

	Controlada		Controladora	
	31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial	Saldo na incorporação	Efeito da incorporação
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.....	129.649	5.424		135.073
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.....	135.073	7.706	142.779	(142.779)

Conforme mencionado na Nota 1, em 30 de abril de 2014, a controlada Isofilme Indústria e Comercio de Plásticos Ltda., foi incorporada pela Companhia e os saldos ativos e passivos na data da incorporação eram os seguintes:

	30 de abril de 2014	Passivo e patrimônio líquido	30 de abril de 2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.644		6.246
Contas a receber de clientes.....	31.365		12.845
Estoque.....	14.113		776
Tributos a recuperar.....	8.359		681
Outros ativos.....	1.309		170
	56.790		23.094
Não circulante			
Realizável a longo prazo.....	1.545		73.058
Contas a receber de clientes.....	773		17.203
Tributos a recuperar.....			47
Depósitos judiciais.....	279		90.308
Intangível.....	33.133		163.661
Imobilizado.....	163.661		199.391
	199.391		113.402
Patrimônio líquido			
Capital social.....			96.246
Reserva de lucros.....			44.785
Ajustes de avaliação patrimonial.....			1.748
			142.779
Total do ativo.....	256.181	Total do passivo e patrimônio líquido.....	256.181

13. INTANGÍVEL

(a) Composição:

	Controladora			Consolidado		
	Softwares	Ágio	Total	Softwares	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2012.....	8.478		8.478	9.550	33.133	42.683
Custo corrigido.....	21.448		21.448	23.510	39.759	63.269
Amortização acumulada.....	(14.464)		(14.464)	(15.513)	(6.626)	(22.139)
Em 31 de dezembro de 2013.....	6.984		6.984	7.997	33.133	41.130
Custo corrigido.....	23.602		23.602	23.602	39.759	63.361
Amortização acumulada.....	(18.850)		(18.850)	(18.850)	(6.626)	(25.476)
Baixas.....	(1.886)		(1.886)	(1.886)	(1.886)	(3.772)
Em 31 de dezembro de 2014.....	2.866		2.866	3.556	33.133	36.689

(b) Movimentação do ativo intangível:

	Controladora			Consolidado		
	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Ágio	Total	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2012.....	8.478		8.478	9.550	33.133	42.683
Adições.....	2.403		2.403	2.403		2.403
Amortizações.....	(3.897)		(3.897)	(4.267)		(4.267)
Variação cambial.....				150		150
Transferência.....				161		161
Em 31 de dezembro de 2013.....	6.984		6.984	7.997	33.133	41.130
Adições.....	2.234		2.234	2.270		2.270
Amortizações.....	(4.315)		(4.315)	(4.758)		(4.758)
Baixas.....	(2.037)		(2.037)	(2.037)		(2.037)
Variação cambial.....				84		84
Incorporação Isofilme.....	36	39.759	39.795			
Amortização Incorporação Isofilme.....	(36)	(6.626)	(6.662)			
Em 31 de dezembro de 2014.....	2.866	33.133	35.999	3.556	33.133	36.689

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Isofilme"). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% a.a., com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,60% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio estava registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme (incorporada pela Companhia Providência Indústria e Comércio em 2014) e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na Instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas: • Não houve interposição de empresa veiculado, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos; • Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Tendo em vista a Isofilme ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado. Este ágio que estava sendo amortizado fiscalmente, teve sua última parcela amortizada em fevereiro de 2013. O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (impairment). As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2014, não foram identificados indicadores de Impairment para o referido ágio. Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 11,57% a.a., correspondente à taxa da CDI de dezembro de 2014 - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14. IMOBILIZADO

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações
Custo do Imobilizado (Valor Bruto)						
Em 31 de dezembro de 2012.....	12.520	94.525	645.840	7.100	2.518	7.915
Adições.....		607	13.772	1.104	(130)	628
Baixas.....		(184)	(256)	(454)	(14)	(454)
Em 31 de dezembro de 2013.....	12.520	95.132	659.428	7.948	2.388	8.529
Adições.....		1.941	19.843	9.481	(390)	293
Baixas.....		(477)	(110)	(587)		(587)
Incorporação Isofilme (Nota 12).....	5.105	21.279	170.158	3.244	29	1.074
Em 31 de dezembro de 2014.....	17.625	118.352	848.952	20.673	2.027	9.786
Depreciação acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2012.....	(21.221)	(322.298)	(3.583)		(5.809)	(352.911)
Depreciação.....	(3.108)	(19.931)	(452)		(600)	(24.091)
Baixas.....		181	92		5	278
Em 31 de dezembro de 2013.....	(24.329)	(342.048)	(3.943)		(6.404)	(376.724)
Depreciação.....	(3.599)	(26.074)	(1.080)		(722)	(31.475)
Incorporação Isofilme (Nota 12).....	(1.234)	(33.626)	(1.842)		(526)	(37.228)
Baixas.....	(46)	(2.314)	(2.314)		9	(2.351)
Em 31 de dezembro de 2014.....	(29.208)	(404.062)	(6.865)		(7.643)	(447.778)
Imobilizado líquido:						
Em 31 de dezembro de 2012.....	12.520	73.304	323.542	3.517	2.518	2.106
Em 31 de dezembro de 2013.....	12.520	70.803	317.380	4.005	2.388	2.125
Em 31 de dezembro de 2014.....	17.625	89.144	444.890	13.808	2.027	2.143
Taxa anual de depreciação (média)		3%	4%	10%		10%

	Consolidado					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações
Custo do Imobilizado (Valor Bruto)						
Em 31 de dezembro de 2012.....	20.380	139.029	941.384	10.307	105.215	10.233
Adições.....		1.653	17.588	1.377	12.136	1.143
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira.....	403	4.696	23.145	35	9.720	25
Baixas.....		(316)	(256)	(14)	(14)	(586)
Transferências.....		8.970	112.109		(121.885)	806
Em 31 de dezembro de 2013.....	20.783	154.348	1.093.910	11.463	5.186	12.193
Adições.....		2.031	22.563	9.495	707	337
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira.....	424	4.761	32.180	34	462	199
Baixas.....		(1.102)	(1.102)		(2.975)	(277)
Transferências.....		1.080			(1.171)	91
Em 31 de dezembro de 2014.....	21.207	161.140	1.148.631	20.992	2.209	12.543
Depreciação acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2012.....	(22.368)	(355.559)	(5.053)		(6.520)	(389.500)
Depreciação.....	(4.622)	(34.415)	(745)		(1.034)	(40.816)
Baixas.....		187	93		5	285
Em 31 de dezembro de 2013.....	(26.990)	(389.787)	(5.705)		(7.549)	(430.031)
Depreciação.....	(4.804)	(40.242)	(1.195)		(1.221)	(47.462)
Baixas.....	(46)	(1.170)	(1.170)		59	1.184
Em 31 de dezembro de 2014.....	(31.840)	(428.859)	(6.899)		(8.711)	(476.309)
Imobilizado líquido:						
Em 31 de dezembro de 2012.....	20.380	116.661	585.825	5.254	105.215	3.713
Em 31 de dezembro de 2013.....	20.783	127.358	704.123	5.758	5.186	4.644
Em 31 de dezembro de 2014.....	21.207	129.300	719.772	14.093	2.209	3.832

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e sua controlada adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo. A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela Administração, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de R\$ 15.523, para cada período, havendo uma realização de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor dessa depreciação de R\$ 5.278, para ambos os períodos. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R\$ 36.659 (R\$ 36.025 em 31 de dezembro de 2013) sendo que as despesas operacionais somam R\$ 10.803 (R\$ 4.791 em 31 de dezembro de 2013).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Fornecedores.....	28.057	33.597	40.634	59.975
Total.....	28.057	33.597	40.634	59.975

Em 31 de dezembro de 2014, o prazo médio de pagamento das compras é de 12 dias (17 dias em 31 de dezembro de 2013). A Companhia e sua controlada colocam em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos		31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
			Principal	Juros		
Nota de crédito à exportação.....	(a)	8% a.a. Real	Juros: trimestrais até 2016	696	50.000	537
			Principal: em 2016	50.000	50.000	50.000
			Juros: semestrais até 2018			1.470
Pré-pagamento.....		4,85% a.a. Dólar	Principal: semestrais entre 2013 e 2018			111.500
Total controladora.....	(b)			50.696	163.507	163.507
Parcela no circulante.....				696	24.921	24.921
Parcela no passivo não circulante.....				50.000	138.586	138.586
				50.696	163.507	163.507

a) Em 08 de fevereiro de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de NCE no valor de R\$ 50.000 a taxa BRL pré + 8% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa BRL + 8% a.a. e ponta passiva de 98,70% do CDI. b) Em 26 de dezembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% a.a. Para proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de swap no mesmo montante, de ponta ativa em US\$ + 4,85% a.a. e ponta passiva de CDI + 1,70% a.a. Este contrato foi liquidado em 22 de setembro de 2014.

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos		31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
			Principal	Juros		
Financiamento máquina.....	(c)	LIBOR + 0,85% a.a. Dólar	Juros: semestrais até 2016	1	9.482	1
			Principal: semestrais até 2016			826
	(d)	LIBOR + 1,25% a.a. Dólar	Juros: semestrais até 2023		84.698	84.698
			Principal: semestrais até 2023			66
Financiamento planta USA.....	(e)	LIBOR + 3,91% Dólar	Juros: semestrais até 2014		2.376	116
			Principal: semestral até 2014			13.177
	(f)	LIBOR + 3,08% Dólar	Juros: semestrais até 2016		32	11.713
			Principal: semestral até 2016			571
	(g)	LIBOR + 2,50% Dólar	Juros: mensais até 2030		20.176	439
			Principal: 2030			85.847
	(i)	LIBOR + 1,50% Dólar	Juros: semestrais até 2020		3	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável. O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014:

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	1.080	135	810	105
Cível	20		25	
Fiscal		33		
Outros		16		
Total	1.100	184	835	105
Circulante	50		80	
Não circulante	1.050	184	755	105

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	1.080	135	1.037	339
Cível	20		25	
Fiscal		33		33
Outros		16		
Total	1.100	184	1.062	372
Circulante	50		250	
Não circulante	1.050	184	812	372

A movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	790	1.002
Adições	380	457
Baixas	(335)	(397)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	835	1.062
Adições	1.007	837
Baixas	(742)	(799)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.100	1.100

(a) Processos de natureza trabalhista: Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros. **(b) Processos de natureza cível:** Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexistência de título executivo e sustação de protesto. **(c) Processos de natureza fiscal:** Em 31 de dezembro de 2014, a Filial de Pouso Alegre-MG figura como parte em um processo judicial referente ICMS sobre energia elétrica disponibilizada e não utilizada. No dia 15 de abril de 2013 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, o decreto nº 46.215 que regulamenta a dispensa do pagamento do ICMS sobre a energia que não é efetivamente usada. **(d) Ações possíveis não provisionadas:** A Companhia possui ações e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração, de acordo com a avaliação apoiada por assessores legais, como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Trabalhistas	223	403	223	403
Cíveis	1.718	1.913	1.718	1.943
Fiscais	77.722	141.815	77.722	154.904
	79.663	144.131	79.663	157.250

*Estas ações e processos administrativos incluem dois autos de infração relacionados à formação do resultado tributável da Companhia e da Isofilme dos anos de 2007 e 2008, lavrados em agosto e novembro de 2013, que estão sendo tempestivamente impugnados na esfera administrativa.

(e) Antigos controladores (2007): Em 31 de dezembro de 2014, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis e prováveis, somam R\$ 10.989 na Controladora e no Consolidado (R\$ 10.930 em 31 de dezembro de 2013).

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado a título de impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias. A composição é feita da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Passivo		
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	39.609	2.699
Custo atribuído ao ativo imobilizado	42.308	34
	81.917	2.733
Alíquota de IR e CS		14.385
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo líquido		

As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, à amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da antiga controlada Isofilme. O montante de R\$ 17.203, foi absorvido pela Controladora na incorporação da Controlada Isofilme, conforme descrito nas Notas explicativas 1 e 12 e está apresentado pelo valor líquido no balanço da Companhia, conforme Nota 11.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2014, o capital social de R\$ 410.039 (409.003 em 31 de dezembro de 2013) está representado por 80.185.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

	57.013.069	71,1%
PGI Polímeros do Brasil S.A.*		
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores Administradores	57.013.069	71,1%
Diretoria	52.009	0,1%
Conselho Fiscal	4.000	0,0%
Total Administradores	56.009	0,1%
Ações em circulação (free float)		
Sul América Invest. Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**	4.041.400	5%
Outros	19.056.354	23,8%
Total Ações em circulação (free float)	23.097.754	28,8%
Ações em tesouraria	18.300	0,0%
Total Ações em tesouraria	18.300	0,0%
Total Ações	80.185.132	100,0%

* Em junho de 2014 a PGI Polímeros do Brasil S.A. adquiriu o controle acionário da Companhia Providência conforme fato relevante divulgado em 27 de janeiro de 2014. ** Sul América FI em Ações, Sul América Dividendos FI em Ações e NBF Sulamérica Master Prev FIM, três fundos de investimentos administrados pela Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com representação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia. Conforme artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões e suas condições, inclusive preço de emissão, forma e prazo de integralização. Conforme divulgado no Fato Relevante de 20 de junho de 2014, como consequência da Operação de aquisição de controle da Companhia, a PGI Brasil realizará oferta pública para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da Providência ("OPA por Alienação de Controle"), nos termos do artigo 254-A da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), artigos 29 e 30 da Instrução CVM nº 361/2002 ("ICVM 361"), das regras do Regulamento de Listagem do Novo Mercado BM&FBOVESPA S.A. ("Regulamento do Novo Mercado") e do Estatuto Social da Companhia. Concomitantemente à OPA por Alienação de Controle, a PGI Brasil informa também a intenção de realizar oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia visando: (i) cancelar o registro da Companhia como companhia aberta ("OPA para Cancelamento de Registro"); e (ii) retirar a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("OPA para Saída do Novo Mercado"), observando-se, para tanto, os termos previstos nos artigos 4º, §4º da Lei das S.A., bem como os procedimentos estabelecidos nos artigos 16 a 25 da ICVM 361 e no Regulamento do Novo Mercado (OPA por Alienação de Controle, OPA para Cancelamento de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado são referidas, em conjunto, como "OPA Unificada"). Em 14 de julho de 2014 foi realizada AGE que deliberou e aprovou por maioria dos votos dos presentes, a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; Aprovou nos termos da Cláusula 10.1.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes, com abstenção de voto do acionista controlador, a escolha do BANCO J. SAFFRAS A., como instituição financeira responsável pela elaboração, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, do laudo de avaliação do valor econômico das ações da Companhia, para fins da OPA para Cancelamento de Registro e da OPA para Saída do Novo Mercado; Autorizou os administradores da Companhia a tomarem todas as medidas e a praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas. **b) Opções de compra de ações:** De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de sua controlada. As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações. Atualmente está vigente um plano de opção de compra de ações ("2º Plano de Opção de Compra de Ações"). O plano possui três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir mais 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos. O reconhecimento nas Demonstrações Financeiras começa a ser feito a partir do mês em que os beneficiários assinam os contratos individuais. A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia. Até 31 de dezembro de 2014 foram exercidas 274.800 ações referentes à outorga aprovada em 30 de maio de 2011. As ações entregues pela Companhia haviam sido adquiridas no período entre 26 de setembro de 2011 e 25 de setembro de 2012 e estavam consignadas na conta de ações em tesouraria. O efeito do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 162 das opções exercidas foi registrado na conta de Reserva de Capital. Também foram canceladas as opções correspondentes a 175.000 ações, devido à saída de pessoas que participavam do plano. O quadro a seguir demonstra os detalhes do plano vigente:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Preço de outorga	Preço de exercício em 31/12/2014	Data de vencimento	Valor Justo	% do Capital Social
30/05/2011	829.000	6,10	7,20	30/05/2018	1.510	1,04%
25/05/2012	460.000	6,35	7,19	25/05/2019	711	0,58%

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Taxa de juros anual livre de risco	Prazo total em anos	Volatilidade anual esperada	Valor justo da opção na data da outorga
30/05/2011	829.000	12,15%	3	52,86%	1,86
25/05/2012	460.000	8,79%	3	48,56%	1,57

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,04%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações vigentes, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2014, acrescido do número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações, ou seja: "Diluição em 31/12/2014" = 839.200 / (80.185.132 + 839.200) x 100 = 1,04%

Movimentação das opções	2014	2013
Quantidade inicial	983.200	1.289.000
Opções outorgadas		
Opções exercidas	(144.000)	(130.800)
Opções não exercidas		(175.000)
Quantidade final	839.200	983.200
Preços de exercício atualizado - outorga aprovada em 30/05/2011	7,20	6,69
Preços de exercício atualizado - outorga aprovada em 25/05/2012	7,19	6,68
Data de vencimento - outorga aprovada em 30/05/2011	30/05/2018	30/05/2018
Data de vencimento - outorga aprovada em 25/05/2012	25/05/2019	25/05/2019

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia vendeu 274.800 ações por conta do exercício das opções relativas ao plano de *Stock Options*. Em 02 de dezembro de 2014 foi aprovada em reunião do conselho de administração a emissão de 144.000 ações para lastrear o exercício do plano de opção de compra de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de setembro de 2010 por parte de alguns executivos, no valor total R\$ 1.036. **(c) Reservas de capital:** O saldo de reserva de capital de R\$ 12.713 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 12.425 em 31 de dezembro de 2013) é composto pela reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 10.866 (R\$ 10.865 em 31 de dezembro de 2013), e pela reserva especial para fazer frente aos compromissos da nova outorga do plano de opção de compra de ações, de acordo com a nota 20 (b), cujo saldo totaliza R\$ 1.847 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.560 em 31 de dezembro de 2013). **(d) Ações em tesouraria:**

	Valor	Quantidade
Saldo em 31 de dezembro de 2012	813	149.100
Programa <i>Stock Options</i>	(713)	(130.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	100	18.300
Saldo em 31 de dezembro de 2014	100	18.300

(e) Reservas de lucros

	Controladora e consolidado
Reserva legal	2013
Reserva para futuros investimentos	11.086
Total	36.023
	86.597
	97.683

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital. A reserva para futuros investimentos foi proposta pela Administração e aprovada em assembleia geral para fazer frente ao projeto de investimento da Companhia, o qual envolve a instalação de novas máquinas. **(f) Dividendos:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2014	2013
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:		
Lucro líquido do exercício	26.920	26.920
Reserva legal (5%)	(1.346)	(1.346)
Base para o cálculo dos dividendos mínimos	25.574	25.574
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.394	6.394
b) Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	26.920	26.920
Reserva legal (5%)	(1.346)	(1.346)
Reversão reserva de capital (Opção de ações)	206	206
Realização do custo atribuído	10.245	10.245
Base de cálculo ajustada	36.025	36.025
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(6.394)	(6.394)
(=) Dividendo adicional proposto	29.631	29.631
Dividendos antecipados pagos R\$ 0,22 por ação em 2013	(17.946)	(17.946)
Dividendos por ação	R\$ 0,22	R\$ 0,22

Em relação à política de dividendos, a Companhia manterá a mesma prevista no seu estatuto social. **(g) Lucro por ação básico e diluído:** Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período, conforme detalhado no quadro abaixo. Houve movimentação na quantidade de ações emitidas, porém o cálculo da quantidade de ações diluídas efetuado pela Companhia não apresentou resultado relevante a ponto de alterar o lucro por ação. Desta forma, o lucro diluído por ação apresentou diferença irrelevante para divulgação, ou seja, o lucro diluído por ação foi praticamente igual ao lucro básico por ação:

	2014	2013
Resultado do exercício	(71.905)	26.920
Quantidade de ações	80.035	80.022
Lucro (prejuízo) por ação	(0,90)	0,34

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado (a)	137.953	148.198
Ajustes acumulados de conversão (b)	(2.926)	(1.659)
Total	135.027	146.539

Os movimentos do exercício referem-se a: (a) Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 10.245 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014; (b) Ajustes acumulados de conversão: Variação cambial do investimento na controlada Providencia USA Inc., no valor de R\$ 1.267.

21. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
Vendas brutas de produtos	654.692	923.890
Devoluções de vendas	(28.625)	(27.252)
Impostos sobre vendas	(88.420)	(95.128)
Receita líquida	537.647	801.510

Vendas brutas de produtos

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
Despesas com vendas	654.692	923.890
Logística	(28.625)	(27.252)
Comissões	(2.392)	(2.645)
Outras	(4.519)	(4.885)
Total despesas com vendas	(40.533)	(47.259)

Despesas administrativas

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
Despesas administrativas	(25.792)	(32.792)
Personal	(6.393)	(6.393)
Administradores	(9.525)	(12.356)
Despesa de benefícios a empregados	(3.206)	(3.530)
Despesa com utilities	(28.489)	(29.902)
Serviços prestados	(2.298)	(2.636)
Despesas de viagem	(265)	(1.308)
Impostos e taxas	(9.210)	(15.561)
Encargos de depreciação e amortização	(4.631)	(7.319)
Outras despesas	(89.809)	(111.802)
Total despesas administrativas	(268)	(258)

Outras receitas

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
Reversão de provisões e recuperação de despesas	(3.348)	(3.577)
Outras	(3.616)	(591)
Total outras despesas	(6.964)	(4.168)
Total	(566.503)	(433.428)

Total

22. DESPESAS POR NATUREZA E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
Custos variáveis e gastos indiretos	(432.545)	(641.060)
Despesas com vendas		
Logística	(2.392)	(2.645)
Comissões	(4.519)	(4.885)
Outras	(2.926)	(1.659)
Total despesas com vendas	(40.533)	(47.259)
Despesas administrativas		
Personal	(6.393)	(6.393)
Administradores	(9.525)	(12.356)
Despesa de benefícios a empregados	(3.206)	(3.530)
Despesa com utilities	(28.489)	(29.902)
Serviços prestados	(2.298)	(2.636)
Despesas de viagem	(265)	(1.308)
Impostos e taxas	(9.210)	(15.561)
Encargos de depreciação e amortização	(4.631)	(7.319)
Outras despesas	(89.809)	



Demonstrações Financeiras | 2014

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	2012	Movimento	2013
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados.....	201.307	32.408	233.715
Prejuízo fiscal EUA.....	9.590	(2.642)	6.948
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo.....	72.185	9.988	82.173
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:			
Adições temporárias.....	17.548	(305)	17.243
Depreciação.....	(82.397)	(27.634)	(110.031)
Outras.....	9.563	5.373	14.936
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:			
Provisões.....	1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo.....	(18.670)	(7.545)	(26.215)
IRPJ Diferido - ágio.....	55.637	(13.909)	41.728
CSLL Diferido - ágio.....	20.029	(5.007)	15.022
IRPJ Diferido - custo atribuído.....	(59.303)	3.841	(55.462)
CSLL Diferido - custo atribuído.....	(21.349)	1.383	(19.966)
3) Efeito do custo atribuído e ágio sobre IR e CS diferido.....	(4.986)	(13.692)	(18.678)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3).....	48.529	(11.250)	37.279
IR e CS corrente.....		(2.189)	
Diferenças temporárias e permanentes controladas.....		(1.173)	
Total do efeito de IR e CS no resultado.....		(14.612)	

	Consolidado		
	Saldo em 2013	Movimento	Saldo em 2014
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados.....	233.715		233.715
Prejuízo fiscal EUA.....	6.948	(2.260)	4.688
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo (calcular 34%).....	82.173	(881)	81.292
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%.....	(77.852)	14.959	(62.893)
Adições temporárias.....	17.243	42.294	59.537
Depreciação (Revisão vida útil imobilizado).....	(110.031)	(25.451)	(135.482)
Ágio Isofilme.....			(33.132)
Outras.....	14.936	(1.884)	13.052
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:			
FINOR, FINAM e outros.....	1.423	(1.423)	
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo.....	(26.216)	4.968	(21.248)
3) Outras diferenças.....	(18.678)	(13.641)	(32.319)
IRPJ Diferido - ÁGIO.....	41.728	(13.910)	27.818
CSLL Diferido - ÁGIO.....	15.022	(5.007)	10.015
IRPJ Diferido - Custo atribuído.....	(55.462)	3.881	(51.581)
CSLL Diferido - Custo atribuído.....	(19.966)	1.395	(18.571)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3).....	37.279	(9.554)	27.725
IR e CS corrente.....		(1.179)	
Total do efeito de IR e CS no resultado.....		(10.733)	

A Companhia elaborou estudos dos possíveis efeitos da Lei 12.973/14, que poderiam advir da aplicação desta nova norma e concluiu que não há efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA

Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e, também, pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social. A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados. No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições. O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante. O montante das contribuições da Companhia efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, totalizou R\$ 776 (R\$521, comparativamente ao mesmo período de 2013), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada Providencia USA Inc. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e sua controlada realizam o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Ramo	Importâncias seguradas	
	2014	2013
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes.....	937.820	929.136
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais.....	107.303	105.264
Responsabilidade Civil		
D&O.....	37.157	35.227
Transporte Internacional		
Importação e Exportação.....	13.437	13.275
Total.....	1.095.717	1.082.902

As coberturas de seguros são: • Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo/furto qualificado de bens e vendável, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens; • Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados; • Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O); • Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e, • Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

27. PARTES RELACIONADAS

	31 de dezembro	
	de 2014	de 2013
(a) Controladora:		
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações financeiras.....		7.579
Isofilme Ind. e Com. Plásticos Ltda.		
Contrato de mútuo (a).....		2.365
Providência USA Inc.		
Contrato de mútuo (b).....	4.288	3.713
	4.288	13.657
Passivo - Circulante e não circulante		
PGI USA		
Contrato de mútuo (c).....	206.019	
	201.731	13.657
b) Consolidado:		
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações financeiras.....		7.579
		7.579
Passivo - Circulante e não circulante		
PGI USA		
Contrato de mútuo (c).....	586.215	
	586.215	

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	2014	2013	2014	2013
Juros sobre contratos de mútuo				
Companhia Providência Indústria e Comércio.....	151	1.196	70	
Providência USA Inc.....			72	188
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.....			79	1.008
PGI USA.....			6.754	
Variação cambial				
Companhia Providência Indústria e Comércio.....		474	28.653	
Providência USA Inc.....				474
Venda de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio.....	199			
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.....	2.995			

	Receitas		Despesas	
	2014	2013	2014	2013
Compra de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio.....				5.830
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.....				199
Aplicações financeiras e derivativos				
Banco Espírito Santo S.A.....		604		
	3.345	2.274	41.657	1.670

(a) Em 10 de outubro de 2012, 02 de janeiro de 2013, 10 e 20 de maio de 2013 foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 2.250 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de outubro de 2013, 02 de janeiro de 2014, 10 e 20 de maio de 2014. A taxa de correção é de 100% do CDI + 1,70% a.a. Em virtude da incorporação da Isofilme pela Cia. o contrato foi liquidado; (b) Em 07 de janeiro de 2013, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.500 com a Providencia USA Inc., com vencimento para 07 de janeiro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a. (c) **Contratos de mútuo com PGI:**

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	Controladora	
				31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
I-C Loan.....	(i) 3,00% a.a. Libor +	Dólar	Juros: trimestrais até 2016 Principal: em 2016	28	5.049
			Juros: semestrais até 2016	1	
I-C Loan.....	(ii) 0,85% a.a. Libor +	Dólar	Principal: semestrais até 2016 Juros: Semestrais até 2023	8.201	494
I-C Loan.....	(iii) 1,25% a.a. Libor +	Dólar	Principal: Semestrais até 2023 Juros: Semestrais até 2018	90.609	450
I-C Loan.....	(iv) 4,85% a.a. Libor +	Dólar	Principal: Semestrais até 2018	101.187	
Total				206.019	
Parcela no circulante				41.805	
Parcela no passivo não circulante				164.214	
				206.019	

i. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.900 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 01 de fevereiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3% a.a.; ii. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 4.115 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento semestral até 28 de junho de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 0,85% a.a.; iii. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 35.991 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento semestral até 29 de agosto de 2023. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,25% a.a.; iv. Em 22 de setembro de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 42.837 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento semestral até 26 de setembro de 2018. A taxa de correção é de 4,85% a.a.

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
Financiamento planta USA..							
	(v) 3,05% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2014 Principal: 2014	31	10.630		
	(vi) 3,05% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	249	17.273		
	(vii) 2,95% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	62	7.972		
	(viii) 2,60% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	15	14.616		
	(ix) 3,23% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 2016	5	3.737		
	(x) 3,00% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: mensais até 2016 Principal: 2016	74	5.979		
	(xi) 2,75% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: semestral até 2015	25	14.616		
	(xii) 2,85% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2017 Principal: semestral até 2017	753	53.148		
	(xiii) 2,50% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 2016	100	13.287		
	(xiv) 2,10% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	71	6.923		
	(xv) 2,10% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	63	5.315		
	(xvi) 2,50% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 2016	283	21.259		
	(xvii) 1,50% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2020 Principal: semestral até 2020	38	94.178		
	(xviii) 1,20% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2022 Principal: 2022	344	84.967		
	(xix) 1,20% a.a. LIBOR +	Dólar	Juros: semestrais até 2022 Principal: 2022	21.183			
Total controladas				380.196			
Total consolidado				586.215			
Parcela no circulante (consolidado)				160.621			
Parcela no passivo não circulante (consolidado)				425.594			

Em 12 de junho de 2014 foram firmados os seguintes contratos de mútuo com a Polymer Group Holdings C.V.: v. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 21 de agosto de 2014. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,05% a.a.; vi. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 6.500 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 30 de janeiro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,05% a.a.; vii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 3.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 07 de abril de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,95% a.a.; viii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.500 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 18 de junho de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,60% a.a.; ix. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.875 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimentos semestrais até 10 de junho de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,23% a.a.; x. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 3.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimentos semestrais até 08 de fevereiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3% a.a.; xi. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.500 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 02 de dezembro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,75% a.a.; xii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 20.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 30 de junho de 2017. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,85% a.a.; xiii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 18 de março de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,5% a.a.; xiv. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 2.605 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 28 de janeiro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,1% a.a.; xv. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 2.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 01 de julho de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,1% a.a.; xvi. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 8.000 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 05 de janeiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,5% a.a.; xvii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 36.440 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimentos semestrais até 04 de abril de 2020. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,5% a.a.; xviii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 34.105 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimentos semestrais até 28 de fevereiro de 2022. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,2% a.a.; xix. Em 21 de julho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 9.100 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento em 01 de maio de 2030. A taxa de correção é de 0,16% a.a.; (d) **Remuneração global dos administradores:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de abril de 2014, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 7.050, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. Em Junho de 2014, foi efetuado pagamento de bônus aos administradores em virtude do processo de negociação da companhia, no valor de R\$ 2.698. Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 31 de dezembro de 2014, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Remuneração.....	6.105	5.066
Remuneração baseada em ações.....	288	547
	6.393	5.613

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

Até 31 de dezembro de 2014 não houve captações de empréstimos para a compra de ativo imobilizado (R\$ 7.707 em 31 de dezembro de 2013). O saldo de caixa da Controladora foi incrementado pelo montante de R\$ 1.644 no mês de maio/2014, devido à incorporação da Controlada Isofilme. Os efeitos das variações das contas patrimoniais relacionados à incorporação foram eliminados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

29. COMPROMISSOS

A filial de Pouso Alegre possui contrato de locação de imóvel, com vencimento para 31 de maio de 2015, para o qual tem o compromisso mensal de R\$ 100.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

(a) **Oferta Pública unificada:** Em 22 de janeiro de 2015 a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") determinou, nos termos do inciso II do parágrafo 2º do artigo 4º da Instrução CVM n. 361/02, a suspensão da Oferta Pública Unificada para Aquisição de Ações Ordinárias emitidas pela Companhia ("Oferta"), a ser realizada por seu acionista controlador até que estudos e análises adicionais a serem realizados estejam concluídos. (b) **Opção Lei 12.973/2014:** A Companhia Providência fez opção referente a Lei 12.973/2014 e pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1 e 2, 4 a 70, 76 a 92 em 24/02/2015 ao entregar a DCTF (Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais). A Lei nº 12.973, publicada no dia 14 de maio de 2014, convertendo em lei o disposto na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013. A Referida lei traz profundas alterações na legislação tributária, em especial com relação à adequação das normas tributárias às novas regras contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que aproximou as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - International Financial Reporting Standards. As alterações trazidas pela Lei nº 12.973/2014 impactam a determinação da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e Contribuições para o Programa de Integração Social ("PIS") e para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). A Companhia elaborou estudos dos possíveis efeitos da Lei 12.973/14, que poderiam advir da aplicação desta nova norma e concluiu que não há efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

DIRETORIA

HERMINIO VICENTE SMANIA DE FREITAS
Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

DANIEL SVIRSKI
Diretor Comercial

ADEMIR GOMES DE CAMPOS
Controller
CRC PR-045262/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

A maioria dos membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO após procederem à análise do estudo técnico de viabilidade da recuperação do ativo fiscal diferido, do relatório da administração, da proposta para destinação do resultado e das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto referentes ao exercício social encerrado em 3